

Sumário

PARTE I

1 IMPRENSA.....	15
1.1. Histórico	15
1.2. Os tipos metálicos móveis de Gutenberg.....	19
1.3. A imprensa no Brasil	21
1.4. A consolidação da mídia digital, seus atores contemporâneos, pós-verdade, <i>fake news</i> e <i>deep-fakes</i>	23
1.5. A imprensa e a busca pela verdade.....	44
2 IMPRENSA LIVRE	51
2.1. O reconhecimento do direito de expressão e informação no âmbito internacional.....	55
2.2. A proteção constitucional da liberdade de expressão e informação.....	60
2.3. Livre manifestação do pensamento, crítica jornalística, liberdade de expressão e de informação.....	64
2.3.1. A livre manifestação do pensamento (direito de opinião).....	64
2.3.2. Crítica jornalística, violação da honra (calúnia, injúria e difamação) e a sátira	66
2.3.3. A liberdade de expressão e informação	72
2.3.4. Direito de informar, direito de se informar e direito de ser informado	73

2.3.5. A plena liberdade de imprensa reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 130)	77
3 CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA.....	81
3.1. A censura eletrônica	84
3.2. A concepção social da imprensa brasileira e a censura	86
3.3. A autocensura no Brasil.....	88
3.4. A censura do poder judiciário e a liberdade de imprensa: prevenção e reparação de danos	90
4 A LIBERDADE DE IMPRENSA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CONEXOS AO SEU EXERCÍCIO	99
4.1. Direitos da personalidade	100
4.2. Direitos da personalidade e dignidade humana	107
4.3. Previsão constitucional	110
4.4. O Direito à honra.....	115
4.4.1. Conceito de honra	116
4.4.2. Regime vigente.....	119
4.5. O Direito à imagem.....	127
4.5.1. Regime vigente	129
4.5.2. Limitações ao direito de imagem	135
4.6. Direito à vida privada e à intimidade. Privacidade na era digital	141
5 CONFLITO ENTRE NORMAS FUNDAMENTAIS E A LEGÍTIMA TUTELA JURISDICIONAL PREVENTIVA	149
5.1. Abuso da liberdade de imprensa.....	153
5.2. Colisão de direitos	159
5.2.1. Posição denegatória: colisão aparente	159
5.2.2. Posição afirmativa: colisão de direitos.....	162
5.3. Colisões específicas.....	168
5.3.1. Liberdade de imprensa vs. direito à honra	168
5.3.2. Liberdade de imprensa vs. direito à imagem.....	176

5.3.3. Liberdade de imprensa vs. direito à privacidade.....	177
5.3.4. Liberdade de imprensa vs. direito à intimidade	180

P A R T E I I

1 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO - DANOS MATERIAIS, MORAIS E À IMAGEM 187

1.1. Danos morais ou danos extrapatrimoniais?	187
1.2. Dano material e dano moral	189

2 RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA JORNALÍSTICA E DO JORNALISTA 195

2.1. Modelo de responsabilidade civil aplicável à atividade de imprensa....	195
2.2. Modelo da não recepcionada lei de imprensa	196
2.3. A Súmula 221 do Superior Tribunal de Justiça	198
2.4. Modelo atual de responsabilidade civil.....	200
2.5. Responsabilidade civil do jornalista.....	203
2.5.1. Ato de imprensa	204
2.5.2. Perda de uma chance	205
2.5.3. Ilícitude e causas de justificação ou excludentes de ilicitude: o exercício regular da liberdade de imprensa	206
2.5.4. Culpa.....	210
2.5.5. Nexo de causalidade.....	217
2.6. Responsabilidade civil dos meios de comunicação	219
2.6.1. Imputação ao jornalista	220
2.6.2. Relação de comissão	220
2.7. Responsabilidade civil da fonte	222

3 DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS 223

3.1. A natureza específica da ofensa sofrida	228
3.2. A intensidade real, concreta e efetiva do sofrimento do ofendido.....	229
3.3. A repercussão da ofensa no meio social em que vive o ofendido	230

3.4. A existência de dolo ou culpa por parte do ofensor na prática do ato danoso. A divulgação de <i>fake news</i>	231
3.5. A situação econômica do ofensor e a posição social do ofendido – Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	232
3.6. Da fixação da indenização com moderação.....	236
3.7. A capacidade e a possibilidade real e efetiva de o ofensor voltar a praticar e/ou vir a ser responsabilizado pelo mesmo fato danoso	238
3.8. A prática anterior do ofensor relativa ao mesmo fato danoso.....	240
3.9. As práticas atenuantes realizadas pelo ofensor	241
4 O CONTROLE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	247
5 QUESTÕES PROCESSUAIS.....	253
5.1. Pedido determinado do valor da indenização por danos morais e valor atribuído à causa.....	253
5.2. Liquidação de sentença	257
5.3. Ação civil <i>ex delicto</i>	260
CONCLUSÕES	265
BIBLIOGRAFIA.....	281